
Fortalecimento de vínculo familiar e reinserção familiar pelos Centros de Referência Especializada em Assistência Social

Strengthening of family bonds and family reintegration by Specialized Reference Centers in Social Assistance

Gabriella Ramalho Batista^{1*}, Ilanna Pinheiro da Costa Medeiros¹, Luana Luiza Galoni¹,
Emanuelle Gomes Romano¹, Grazielly Ribas de Oliveira¹, Letícia Santos Ramalho¹, Ana
Cláudia de Azevedo Peixoto¹

RESUMO

O foco deste trabalho é, através de uma Revisão Integrativa, analisar o fortalecimento de vínculo familiar e reinserção familiar pelos Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS). Portanto, foi realizada pesquisa nas seguintes bases de dados: Scielo; LILACS; PEPISC; CAPES e no Google Acadêmico. Considerou-se artigos científicos publicados entre 2011 e 2021, ao final sendo selecionados 9 artigos para análise que resultaram em três categorias: 1) Funcionamento do CREAS, a rede e a ação dos profissionais; 2) Conceito e contexto dos vínculos familiares: um debate sobre a responsabilidade e desafios e 3) Reinserção familiar: caminhos possíveis. Considerou-se que as questões de pesquisa foram respondidas, bem como os objetivos alcançados e encontrou-se uma nova gama de perguntas e percepções.

Palavras-chave: Revisão Integrativa; Vínculo familiar; Reinserção familiar; CREAS;

ABSTRACT

The focus of this work is to analyze the strengthening of family bonds and family reintegration by the Specialized Reference Centers in Social Assistance (CREAS), through an Integrative Literature Review. Therefore, research was carried out in the following databases: Scielo; LILACS; PEPISC; CAPES and Google Scholar. Scientific articles published between 2011 and 2021 were considered, in the end, 9 articles were selected for analysis, which resulted in three categories: 1) Functioning of CREAS, the network and the action of professionals; 2) Concept and context of family bonds: a debate on responsibility and challenges and 3) Family reintegration: possible paths. It was considered that the research questions were answered, as well as the objectives achieved, and a new range of questions and perceptions was found.

Keywords: Integrative Review; Family bond; Family reintegration; CREAS;

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

*E-mail: psicologa.gabriellarj@gmail.com

INTRODUÇÃO

Habigzang e Koller (2012) nos trazem a dimensão do forte impacto que as relações estabelecidas podem gerar no desenvolvimento humano de forma potencializadora ou não. Para Bowlby (2000), os vínculos afetivos entre humanos ocorrem porque há uma busca pelo conhecido e familiar, além da necessidade de proteção e sobrevivência. Bronfenbrenner (2001; 2005) afirma ainda que vínculos seguros são considerados elementos determinantes para uma passagem positiva diante de mudanças da vida. Na interação do indivíduo com suas relações e o meio, as relações podem se colocar de forma protetiva ou de forma hostil e de violação de direitos. No presente trabalho, trataremos especificamente das violações de direitos de crianças e adolescentes que, por consequência, são acolhidas em serviços de proteção. O objetivo deste estudo é entender, através de uma Revisão Integrativa Nacional da Literatura, de que forma os vínculos rompidos por ciclos de violências que levaram essas crianças e adolescentes ao acolhimento são trabalhados e reconstruídos por ações do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), visando a reinserção familiar.

O Caderno de Orientações Técnicas do CREAS (2011) apresenta as possíveis formas de violação de direitos e situações de risco, como as variadas tipologias de violência: intrafamiliar, física, psicológica, abandono, trabalho infantil, situação de rua, entre outros aspectos. Segundo Macedo e Conceição (2017), ao tratarmos do fenômeno da violência infantojuvenil, é necessário uma mobilização e integração de diversos equipamentos que lidam com demandas mais complexas em suas diversas frentes de atuação, como Conselhos Tutelares, Juizados Especiais, Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), CREAS e demais centros de atendimento especializados.

Ainda nessa perspectiva dos autores, destaca-se que nenhuma organização é suficiente para corresponder com todas as ações propostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) ou outras leis. E o documento supracitado ao refletir sobre as práticas protetivas, alerta que não é possível enfrentar tais situações de risco e violação somente pelo olhar da assistência social, sendo necessária a articulação com as demais políticas de proteção integral. Logo, a atual política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, que integra as políticas de proteção dos Direitos Humanos, deve, segundo o ECA (1990, art. 86) efetivar-se “através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios”, por meio do que se denomina Sistema de Garantia de Direitos (SGD),

“um conjunto de instituições, organizações, entidades, programas e serviços de atendimento infantojuvenil e familiar” (PERES; PASSONE, 2010, p. 667).

Dos equipamentos pertencentes aos SGD, o presente trabalho se debruçará sobre o CREAS, esse deve atuar com os demais equipamentos e instâncias do Poder Judiciário e Ministério Público e lida diariamente com situações de violação de direitos ou direitos em risco, o que também abrange crianças e adolescentes em situação de violência e/ou trabalho infantil distantes da convivência familiar, como em casos de acolhimento ou medida judicial. O CREAS se direciona, dessa forma, para o fortalecimento e/ou resgate dos vínculos familiares e sociais, também com elaboração de projetos individuais e coletivos pensando em participação em sociedade e inserção na rede. Dentre os eixos norteadores de funcionamento do CREAS, destaca-se a “atenção especializada e qualificação do atendimento; território e localização; acesso a direitos socioassistenciais; centralidade na família; mobilização e participação social; e trabalho em rede” (CREAS, 2011, p. 07). A Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é um serviço oferecido obrigatoriamente nos CREAS com o objetivo de dar apoio, “(...) orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça e violação de direitos.” (Ibid., p. 48). Desta maneira, o CREAS atua com recursos para se transpor essa vivência e reconstruir os laços familiares e sociais ou, se necessário, na formação de novos laços, subsidiando o desenvolvimento do protagonismo social, prevenção de situação de institucionalização e tornando a rede de proteção acessível (Ibid.).

Para pensar as ações desenvolvidas no CREAS como o fortalecimento de vínculos e reinserção familiar, é importante pensar na qualificação da equipe multidisciplinar desse equipamento. Os profissionais precisam proporcionar uma escuta qualificada, suporte socioemocional e auxílio jurídico-social para os usuários acompanhados, a fim de possibilitar o enfrentamento das vulnerabilidades e subsidiar novas construções de vida e possibilidade de interações familiares, relacionais, sociais. Para isso, se faz necessário pensar a partir de um plano e acompanhamento, elaborado de modo colaborativo entre equipe, família e indivíduo, com participação ativa de usuários e da rede de assistência (CREAS, 2011).

Todavia, a falta de capacitação dos profissionais que atuam nas redes socioprotetivas atinge diretamente os usuários que nele são atendidos. A pesquisa de Medeiros (2020), realizada na Baixada Fluminense com profissionais da rede, constata

que, ao se tratar de treinamento para o cargo de psicólogos, 72,7% dos profissionais não foram treinados para o cargo que ocupam, enquanto 27,3% relataram que foram treinados previamente. Em relação aos assistentes sociais, 75% dos profissionais entrevistados afirmaram que não foram treinados para o cargo que ocupavam, enquanto 25% relataram que foram treinados previamente. As dificuldades encontradas são diversas, desde o impasse em se manter no seu local de trabalho, nas noções básicas do que está sendo tratado no equipamento ou até mesmo na dificuldade com o encaminhamento – seja como ou para onde encaminhar.

Para Garcia, Oliveira e Cordon (2019) a rede não atua de modo suficiente ou eficaz e revelam a necessidade de uma estrutura de avaliação e monitoramento sobre o que tem sido feito com as famílias usuárias, rastreando quais têm sido as intervenções, concluindo que “a falta de indicadores de monitoramento do trabalho está associada à falta de projeto de intervenção planejado segundo as características do público atendido e das condições.” (Ibid., p. 10). Nesse ensejo se constrói a questão norteadora deste artigo, que é compreender como as pesquisas têm avançado sobre o trabalho de reconstrução de relações e reinserção familiar, e de que forma o CREAS tem contribuído para o trabalho de condução para o retorno ao seio da família, com objetivos de compreender como realizam o fortalecimento de vínculo, qual o conceito deste, o que o fragiliza e como ele pode ser fortalecido.

MÉTODOS

O presente artigo nasce como recorte de pesquisa de dissertação cujo objetivo foi realizar um levantamento de como é feito o trabalho de fortalecimento de vínculos familiares por três CREAS na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro e entender como atuam no processo de reinserção familiar com famílias de crianças e adolescentes acolhidos. Durante o desenvolvimento da dissertação, foi realizada uma Revisão Integrativa da Literatura Nacional para compreensão melhor dessa temática a nível nacional. Revisão esta que será apresentada no decorrer deste artigo.

O método selecionado de Revisão Integrativa da Literatura tem por objetivo ampliar o conhecimento e permitir uma aplicabilidade a partir de uma visão sintetizada dos assuntos abordados (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). Esse método encontra-se dentro da ciência baseada em evidências e é um modo mais amplo de incluir dados a serem analisados, se comparado com demais critérios metodológicos das revisões de pesquisa. Em ampla análise de conteúdos, permite que os dados encontrados sejam

consistentes e é capaz de unir conceitos, revisões, aspectos teóricos e também práticos (Ibid.).

Foram utilizadas palavras-chave para procura dos materiais, compreendendo um viés amplo que verifica diversas contribuições dentro do escopo escolhido. Para que os dados pesquisados se aproximem do tema em análise, foram elaboradas as seguintes palavras-chave: “CREAS e vínculo”; “CREAS e reinserção familiar”; “vínculo e reinserção familiar”; “vínculo e PAEFI”; “profissionais e vínculo”; “assistência e vínculo familiar”; “profissionais e reinserção familiar”; “equipe técnica e reinserção familiar”; “laços familiares e PAEFI”; “reinserção familiar e PAEFI”; “CREAS e fortalecimento de vínculo”; e “reinserção familiar e fortalecimento de vínculo”. Ao passarmos por um recorte temporal, também foram acrescentadas as seguintes palavras-chave: “COVID-19 e CREAS”; “COVID-19 e PAEFI”; e “COVID-19 e Reinserção Familiar”, a fim de compreender como estão as pesquisas dentro dessa temática durante a pandemia de COVID-19. Todas as palavras-chave mencionadas foram utilizadas em conjunto ou isoladamente. É válido ressaltar que o termo “reinserção familiar” também foi adaptado para os demais sinônimos do termo, como “reintegração familiar”, por exemplo, caso haja necessidade no encontro desses materiais.

As plataformas de busca online escolhidas foram: Scielo, LILACS, PEPSIC, CAPES e Google Acadêmico. Para a pesquisa, foram considerados somente artigos científicos publicados nas plataformas selecionadas entre 2011 e 2021 e em língua portuguesa. Ainda, foram excluídos textos que não fossem artigos na íntegra, como resumos, teses e dissertações.

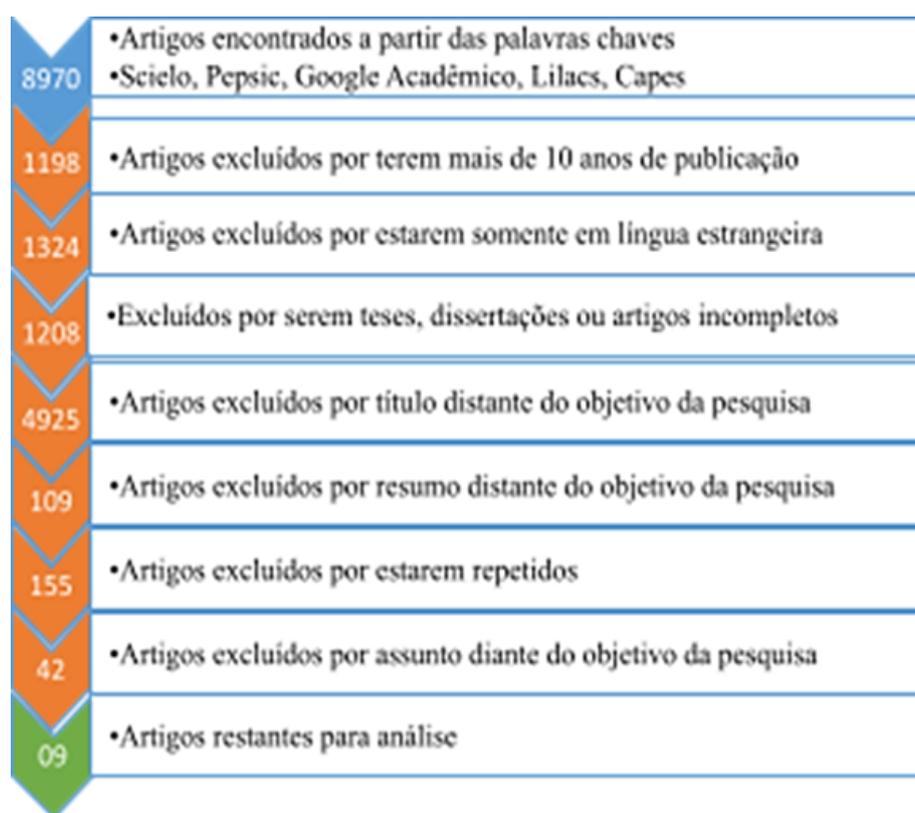
RESULTADOS DA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

No desenvolvimento da Revisão Integrativa, as palavras-chave foram lançadas nos sites de busca mencionados e inicialmente foram encontrados 710 artigos no Scielo, 2.767 artigos na plataforma LILACS e 251 artigos na plataforma de busca PEPISC. Na plataforma CAPES, foram encontrados 3.412 artigos. No Google Acadêmico foram encontrados 1.830 artigos, considerado o recorte de página até a página 10 devido a pouca sensibilidade da plataforma. Ao todo, foram encontrados 8.970 artigos. Das palavras-chave utilizadas, algumas não apresentavam nenhum artigo, ainda que fossem utilizados sinônimos. Estas palavras-chave foram: “vínculo e PAEFI” e “reinserção familiar e PAEFI”, o que infere dificuldade de encontrar artigos que relacionem essas temáticas.

Dos 8.970 artigos, 1.198 foram excluídos pelo tempo de publicação, 1.324 por não estarem em português, 1.208 por serem teses, 4.925 por título, 109 excluídos por resumo, 155 excluídos por repetição e 42 por assunto, restando 09 artigos para análise (Figura 1). Os 09 artigos selecionados apresentaram metodologias qualitativas, como: argumentação teórica, teoria ator-rede, revisão da literatura nacional, entrevista semiestruturada com teoria bioecológica do desenvolvimento humano ou análise de conteúdo, pesquisa bibliográfica, cartografia clínica e mapa de rede e análise documental (Tabela 1).

Quanto ao conteúdo desses artigos, ressaltam-se alguns pontos em comum para discussão, sendo estes separados em categorias de análise. Percebe-se que as categorias conversam entre si e discutem desde o trabalho em rede e a ação dos profissionais aos caminhos para construção da reinserção familiar.

Figura 1: Etapas da Revisão Integrativa



Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 1: Artigos Selecionados

	Autores	Ano/ publicação	Título	Metodologia	Material	Objeto de estudo
1	SOUZA, Marisa Antônia; BARROS, Denise; ZAMPAULO, Jamil.	Revista Alumni, v. 2, 2012	Construção e Fortalecimento dos Vínculos Familiars	Qualitativa	Análise teórica	Revisão teórica da formação da personalidade visando entender as principais causas do rompimento dos vínculos
2	ROSA, Edinete Maria et al.	Estudos de Psicologia, 2012, v.17, n. 3	O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento Institucional	Qualitativa Estudo longitudinal pela Inserção Ecológica	Diário de campo, entrevista semiestruturada, observação	Oito adolescentes em processo de desligamento institucional
3	RODRIGUES, Luciana; GUARESCHI, Neuza Maria.	Arquivos Brasileiros de Psicologia, v.70, n.1, 2017.	A performance do vínculo na Política de Assistência Social	Documental Estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade, Teoria Ator- Rede.	Análise documental a partir da teoria Ator-rede	Revisão teórica e documental sobre vínculo como objeto da Política
4	PACHECO, Maria Luiza; MALGAR IM, Bibiana.	Revista de Psicologia da IMED, v.3, n.2, 2011.	Centro de Referência Especializado de Assistência Social: Apanhados Teóricos Sobre uma rede especial de apoio e proteção em casos de abuso sexual infantil	Qualitativa Revisão Integrativa da Literatura Nacional.	Bancos de artigos virtuais ou não	Funcionamento do CREAS no combate à violência

5	SILVA, Natália; SOUZA, Virgínia.	Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2019.	O fortalecimento de vínculos familiares e comunitários em perspectiva: interfaces do direito da criança e do adolescente	Revisão teórica	Revisão teórica sobre família e serviços de convivência	Revisão teórica a fim de entender a importância do serviço de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários no desenvolvimento de crianças e adolescentes
6	SILVARES, Caroline; PIRES, Isabela.	Serviço Social em perspectiva, v.5, n.1, 2021	Os invisíveis sociais: o atendimento aos usuários da política de assistência social em tempos de pandemia	Pesquisa bibliográfica e relatos Pesquisa de observação	Relatos de profissionais Documentos	CREAS de um município específico, visando a compreensão da função do psicólogo e do assistente social
7	BRIZZI, Luciene; COUTO, Eduardo Luis.	Seminário Integrado Intertemas, v.8, n.8, 2014.	Violência contra a criança e o adolescente: proposta interventiva de trabalho com a família no CREAS/Criança e Adolescente de Presidente Prudente/SP	Método dialético	Pesquisa documental e entrevista com profissional	Atuação do CREAS com crianças e adolescentes de um município específico, visando trabalho com abuso sexual e familiares
8	MOURA, Débora et al.	Rev. Nufen: Phenom. Interd., v.12, n.2, 2020.	Clínica ampliada e articulação em rede: relato de experiência no SUAS	Cartografia clínica, análise fenomenológica	Diário de bordo, relatório, supervisões gravadas	Genitora e quatro filhos e equipe de extensão universitária, profissionais da rede de saúde e da Assistência Social
9	PENSO, Maria Aparecida; MORAES, Patrícia	Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2016, v.14, n.2.	Reintegração familiar e múltiplos acolhimentos institucionais	Qualitativa Abordagem sistêmica e teoria das redes, construtiva-interpretativa	Mapa da Rede e entrevista documental	Adolescente em reinserção familiar com a mãe

Fonte: BATISTA (2022)

FUNCIONAMENTO DO CREAS E INTEGRAÇÃO COM A REDE

Um ponto de análise dos artigos se deu a respeito do funcionamento do equipamento e sua vivência cotidiana. Quanto ao funcionamento cotidiano, suas diretrizes e ações, Pacheco e Malgarim (2011) apontaram o equipamento como responsável pela reorganização de vínculos e pelo cuidado daquilo que os fragilizam, com estratégias de enfrentamento centradas nas famílias, com ações de fortalecimento de laços comunitários e também familiares, ampliando a autonomia e as interações nos âmbitos relacionais, sendo capaz de criar senso de identidade e percepção de potencialidades. O CREAS precisa ser considerado, para as autoras, como uma “recomposição simbólica, uma carta de crédito que provém da ação compartilhada que visa o fortalecimento dos vínculos e o resgate de relações saudáveis e protetivas no sentido de rumar ao bem-estar biopsicossocial.” (Ibid., p. 550).

Como possíveis ações do equipamento, Brizzi e Couto (2014) apontam a importância de acolher as necessidades das famílias com realização de conversas, oficinas, debates, sobre suas demandas, relações afetivas, papel dos cuidadores, práticas de cuidado, autonomia e educação. A angústia dos autores, entretanto, se deu no fato de que no CREAS analisado, embora houvesse um foco nas famílias, cada membro era atendido individualmente e não havia uma proposta que pudesse reunir a família coletivamente em atividades. Sendo assim, foi desenvolvida uma ação para família com encontros que tratavam sobre desenvolvimento infantojuvenil, suas necessidades, mudanças e interesses (Ibid.).

Segundo Silves e Pires (2021), o CREAS atua visando a superação das situações de vulnerabilidades a partir da garantia de direitos e do fortalecimento dos vínculos familiares e mencionaram o PAEFI como uma medida proposta pelo equipamento, que deve desenvolver uma inserção social e multiprofissional. Considerando o cotidiano de funcionamento do CREAS, esse foi o único artigo encontrado que trouxe a temática da COVID-19 e o trabalho do equipamento da instituição frente à pandemia, revelando que foram necessárias adaptações e estratégias a fim de continuar o trabalho com as famílias neste período. Porém, algumas modificações causaram angústias aos profissionais – como a suspensão de visitas domiciliares, mantendo-se somente em situação de urgência.

Dentre os artigos levantados, houve a discussão sobre a ação específica dos profissionais dentro do equipamento, bem como a importância e desafios para sua articulação com a rede. Sobre isso, no caso acompanhado por Moura, Stefaniszen,

Magalhães e Farinha (2020) sobre processos de cuidado com vínculos familiares em situação de vulnerabilidade socioeconômica e debilidade da relação familiar, os autores relataram que à medida que as fragilidades da família aumentavam, o trabalho em rede se estreitou e se aproximou. As equipes, porém, encontraram barreiras na falta de vagas nos serviços e no despreparo de alguns destes frente às demandas do caso, como exemplificado em uma fala do corpo técnico: “o abrigamento já significa impossibilidade de recuperação dos responsáveis.” (MOURA *et al.*, 2020, p. 130).

Ao especificar a ação específica de alguns profissionais, Souza, Barros e Zampaulo (2012) descreveram o profissional de Serviço Social como “aquele que prioritariamente realiza o trabalho em rede” com ênfase em uma ação de acesso ao direito à convivência entre familiares e comunidade e ao cuidado com famílias quando se trata de questões de destituição do poder familiar (ACOSTA, 2008 *apud* SOUZA; BARROS; ZAMPAULO, 2012, p. 05). Ademais, Rodrigues e Guareschi (2017) também consideraram a prática do psicólogo na assistência ao definirem como “produtor de conhecimento e expertise, e sua relação com as práticas que constituem a assistência social, pois é a estabilização do vínculo como afeto que permite conectar essas duas redes de práticas.” (Ibid., p. 172). Os autores também apontam para a necessidade de se construir uma vinculação afetiva entre os profissionais que atuam na Assistência Social e seus usuários. Ao analisarem o Caderno “Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos” do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (2013), os autores apontaram que a confiabilidade no trabalho coletivo da Assistência Social só é possível quando se estabelece uma rede entre profissional e sujeito. Essa formação da conexão entre equipe-família pode ser capaz de fazer pensar e modificar padrões de vínculo e cuidado estabelecidos outrora. Para isso, é necessário compreender como tais vínculos se estabeleceram no ambiente familiar.

CONCEITO E CONTEXTO DOS VÍNCULOS FAMILIARES: UM DEBATE SOBRE A RESPONSABILIDADE E OS DESAFIOS

Neste recorte foi verificado o que os artigos apresentaram a respeito do conceito e vivências ao entorno do vínculo familiar. Notou-se que os artigos encontrados apresentaram reflexões a respeito deste vínculo familiar, mas pouco foi encontrado sobre uma definição de vínculo. Entre as possíveis reflexões da dimensão do vínculo, Rosa *et al.* (2012), embasados nos estudos de Bronfenbrenner, descreveram a família como aquela que provê senso de segurança e proteção ao longo do desenvolvimento de crianças

e adolescentes. Sobre o conceito e percepção de vínculo familiar, Rodrigues e Guareschi (2017, p. 161) nortearam: “vínculo não é um mero laço ou associação, mas um objeto imaterial que ganha existência porque constantemente sustentamos redes de práticas que o produzem”.

Souza, Barros e Zampaulo (2012) consideraram que a qualidade dos vínculos e a rede socioafetiva da criança são imprescindíveis para o desenvolvimento. Os autores refletem sobre essa importância à medida que se pautam na teoria de desenvolvimento de Bowlby e Vygotsky e explicam: “o desenvolvimento psicológico decorre da interação do indivíduo com outros membros da sociedade e por meio dos diversos elementos de comunicação no ambiente cultural.” (SOUZA; BARROS; ZAMPAULO, 2012, p. 04). E ao considerar a família como esse ambiente social, Penso e Moraes (2016) a dimensionam como um ambiente onde se constitui segurança, afeto, limites e regras ou ainda, instabilidade, insegurança e fatores de risco para seus integrantes.

Diante disso, na pesquisa de Rosa *et al.* (2012), crianças e adolescentes acolhidos demonstraram escassez de laços familiares e não obtiveram suporte diante de situações violadoras. Embora as histórias perpassassem questões de maus-tratos, negligência ou evasão do acolhimento institucional, havia também uma expectativa de reconexão ao microsistema familiar. Os autores explicaram que as adolescentes “tinham muitas expectativas com relação à sua volta para casa e ao convívio com suas famílias de origem. No entanto, durante o estudo, o único processo de desligamento concretizado foi o de Ross (ROSA *et al.*, 2017, p.367), desligado por maioridade e não por reinserção familiar, residindo em apartamento e recebendo cuidados do PPCAAM.

Para os autores Rodrigues e Guareschi (2017), é importante reconhecer que há uma vivência íntima do afeto, ou seja, um modo interno de associação desse vínculo que pode ser influenciado por histórias conflituosas nas relações anteriores. Também apontaram ao citarem Latour (2012, p. 63), que não há “nenhuma reserva de vínculos, nenhum tranquilizador vidro de cola para manter unidos todos esses grupos”, indicando que não há uma formação de vínculo perene e constante, que não demande um trabalho de construção e manutenção. Para os autores, existem diferentes formas de se conceber e perceber o vínculo, que pode ser discutido em uma dimensão afetiva e na instância ética e de poder. O objetivo dos autores era considerar como os profissionais podem ter compreensão do vínculo familiar, ao passo que podem também se vincular a essas famílias. Assim, quando se pensa no poder dos vínculos, refere-se a uma constituição dos

sujeitos em relação, um processo coletivo que forma tanto o sujeito, quanto o social envolvido. Segundo os autores, entender isso significa perceber que a convivência social é capaz de ser metodologia de trabalho com famílias, possível de impactar as relações afetivas e gerar modificações.

Ao relatarem a dimensão do afeto no vínculo, os mesmos autores fazem menção ao filósofo Espinoza ao descrever que os contatos sociais podem deixar marcas e é algo que impulsiona sentimentos, afetos e que pode motivar percepções sobre si, o outro e o mundo. Os autores apresentaram também o vínculo em sua importância ética, considerando que o afeto é capaz de provocar situações de solidariedade e em exercício de cidadania. Explicam ainda que, “estimular o fortalecimento de vínculos significa também garantir espaços participativos na tomada de decisão e fomentá-los como estratégia socioeducativa. Significa experimentar a solidariedade e partilhar um mundo comum.” (BRASIL *apud* RODRIGUES; GUARESCHI, 2018, p. 169).

Ao considerar as reflexões sobre os laços afetivos, notou-se que os artigos trouxeram um debate sobre fragilização dos vínculos, bem como a importância do ambiente familiar para conexões afetivas e figuras de apego seguras no desenvolvimento infantil. Sobre isso, Souza, Barros e Zampaulo (2012) discutiram sobre a importância dos vínculos familiares e da figura de apego ao considerarem as teorias do desenvolvimento. Afirmam sua importância para formação do sujeito, da personalidade e do desenvolvimento psicológico, até mesmo na internalização de padrões sociais, na compreensão do afeto, dos valores e costumes.

Os autores afirmam, contudo, que tal importância da família não exclui a ação das políticas públicas e do poder público com ações efetivas diante da situação de vulnerabilidade. Isso porque, segundo os autores, o cuidado integral com crianças exige articulação de todos os três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, além de mobilização da sociedade, a fim de propiciar proteção e, minimamente, uma reparação de danos do período de acolhimento institucional.

Assim, estão em concordância com demais autores que descreveram a família como espaço de proteção à infância, mas que, a partir do momento em que esta família se vê impossibilitada de cumprir essa função, é dever do Estado intervir garantindo proteção: “São necessárias medidas que revertam a situação de fragilidade dos vínculos familiares e promovam a reinserção das crianças e adolescentes acolhidos” (ROSA *et al.*, 2012, p. 362).

Ao pensar nos motivos do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, estes autores citam fragilidades financeiras dos cuidadores, conflitos relacionais, drogadição, situação de maus-tratos e negligência. Entre os casos de permanência no acolhimento, a pesquisa ressaltou uma morosidade que impedia a reinserção familiar. Em um dos casos acompanhados, o adolescente tentou aproximação e fortalecimento de vínculo familiar por conta própria, questionando tal morosidade e burocracia. Somando ao debate sobre motivos do acolhimento, Moura *et al.* (2020, p.136) explicam que tais motivos são o resultado de falhas no investimento e valorização de políticas públicas para famílias, “situações que fogem ao controle dessas famílias e que as impossibilitam de terem uma vida digna, com seus direitos garantidos para cuidar de seus filhos.” Silva e Souza (2019) ainda explicam que a fragilização dos vínculos pode acontecer em qualquer classe social, mas não se pode deixar de considerar que a desigualdade social existente subsidia vulnerabilidades. Para Penso e Moraes (2016) a hipossuficiência financeira, falta de moradia e miséria têm sido associadas ao distanciamento nos vínculos. Assim, é preciso articulação entre o ambiente de afetos e os demais agentes protetivos como os equipamentos, já que proporcionam orientação e acesso a recursos.

REINSERÇÃO FAMILIAR: CAMINHOS POSSÍVEIS

Neste tópico, foram selecionados caminhos possíveis encontrados para reinserção familiar e os apontamentos trazidos pelos artigos selecionados. Para Rosa *et al.* (2012), manter o contato com crianças e adolescentes acolhidos – como certificar a presença nos fins de semana e férias escolares, foram ações cruciais no acolhimento institucional para a manutenção de vínculos. Já Pacheco e Malgarim (2011) apontam que é necessário pensar em estratégias de qualificação do serviço no enfrentamento da violência e avançar em recursos concretos para proteção de crianças e adolescentes.

Rocha, Arpini e Savegnago (2015) apontam que, para reinserção familiar, é necessário um trabalho constante e perene de buscas pela família de crianças e adolescentes que estão em situação de acolhimento, investigando as possibilidades de retorno aos cuidados familiares. É preciso, ainda, compreender a história da criança em seu meio afetivo, mapeando a rede de apoio desta criança e adolescente e percebendo suas potências, a fim de construir uma aproximação entre equipamento e família, intervindo sobre o que tem causado a fragilidade desses laços. Penso e Moraes (2016) ratificam a

urgência na articulação das redes sociais, que vão desde a comunidade direta na qual a família está inserida até os equipamentos de proteção.

Rodrigues e Guareschi (2017) explicam que é necessário o desenvolvimento de trabalhos coletivos que podem potencializar os sujeitos e expandir suas relações, subsidiar autonomia, aprendizagem e igualdade. Compreendem a necessidade de os profissionais entenderem a dimensão do vínculo – seja para perceber as relações familiares, seja para construir um vínculo como metodologia de trabalho. Para Brizzi e Couto (2014), é possível ampliar as estratégias de educação familiar a fim de enfraquecer uma prática educativa violenta, além de auxiliar na compreensão de práticas parentais responsivas sobre desenvolvimento de autonomia e limite para crianças e adolescentes, acolhendo as necessidades das famílias. Para isso, Souza, Barros e Zampaulo (2012) acreditam na necessidade de qualificação profissional para os que estão na linha de frente desse cuidado, de forma que venham a compreender os contextos de desenvolvimento em detrimento de lançar um olhar culpabilizador.

Para Penso e Moraes (2016), é preciso um olhar amplo para a situação econômica, mas também as formas aprendidas de afeto, a efetividade das políticas públicas e atuação dos serviços, para que assim se possa resgatar subsídios de existência e direitos. Acrescido a essa fala, Moura *et al.* (2020) apresentaram a importância de programas sociais que possam melhorar a qualidade de vida de crianças, adolescentes e suas famílias prezando a garantia de direitos, dado que “retroceder os danos provocados por anos de privação material não é uma tarefa simples, visto que viver em ambiente pouco estimulante acaba resultando em privações de caráter afetivo.” (Ibid., p. 135).

Nos artigos de Souza, Barros e Zampaulo (2012) e de Silva e Souza (2019), somado aos debates dos demais artigos trazidos nesta Revisão Integrativa, há um direcionamento sobre a compreensão da família como instituição de maior vinculação, afeto, crescimento e desenvolvimento socioemocional de crianças e adolescentes, na qual eles podem vivenciar diferentes fragilidades capazes de ferir a manutenção desse vínculo. No entanto, só o contexto familiar não pode ser visto como o único responsável por esse processo de cuidado. Neste sentido, se fazem necessárias ações governamentais e estruturais de cuidado, tanto do vínculo que está em sofrimento, quanto de uma base de suporte dessa fragilização, com acesso a direitos e condições de vida.

DISCUSSÕES GERAIS

Ressalta-se durante a análise bibliográfica, a percepção de que um único artigo da Revisão Integrativa elaborou mais detalhadamente o conceito de vínculo no âmbito da Assistência. Rodrigues e Guareschi (2018) apontaram a dimensão interna do vínculo para os sujeitos, sendo este mais do que uma associação – um objeto imaterial construído e não pré-existente. Ao considerarmos somente um artigo que minimamente aborda o conceito, nos aproximamos do debate de Barbosa e Bosi (2017), quando explicam que há uma tendência em explicar vínculo por seus sinônimos ou ainda o relacionando à responsabilidade ou à autonomia, tornando o caráter do debate algo semântico e que não alcança a completude que o tema exige. Relataram ainda que, por vezes, vemos vínculo como um instrumento de trabalho. Para as autoras, há uma lacuna na compreensão da “propriedade do vínculo humano, próprio do campo relacional” (Ibid., p. 1006). Assim, tê-lo somente como um recurso pode esvaziar a dimensão do conceito. Para os autores aqui pesquisados, há uma conexão entre vínculo e afeto e fluidez nas relações. Mas, ainda não se trata de um conceito.

Na pesquisa de campo de Batista (2022), que consistiu em entrevistar o corpo técnico de três CREAS em diferentes municípios da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, também houve a percepção de uma fragilidade ou inexistência do conceito. Sendo este, por vezes, definido de modo genérico ou confuso por parte das técnicas entrevistadas. Porém, em uma triangulação de todos os dados desenvolvidos na pesquisa, chegou-se a um breve e inicial conceito de vínculo familiar que pode nortear e ampliar a compreensão desse fenômeno:

Uma estrutura íntima desenvolvida entre os sujeitos, uma ponte que gera conexão e afinidade que não se estabelece unicamente por questões biológicas ou necessidades fisiológicas, mas por necessidades sociais e ambientais, que permite o desenvolvimento de apegos seguros fundamentais para o desenvolvimento humano em contextos diversos. Sua função é auxiliar a possibilidade de mudanças para melhor adaptação e crescimento dos indivíduos envolvidos, aprendendo formas de ser e estar através dos vínculos. Para o CREAS, o vínculo requer dois olhares, que vão desde a percepção do vínculo construído no ambiente familiar e suas possíveis potências e fragilidades, bem como o desafio da construção do vínculo entre equipamento e família, visando cumprir função de adaptação e cuidado (BATISTA, 2022, p. 102).

Dentre as fragilizações dos vínculos familiares, houve menção às situações de pobreza, violência, abuso de substâncias e questões de saúde mental. Esses fatores também foram citados como motivos da não-reinserção. Isso concorda com a literatura,

quando Conceição (2019), por exemplo, aponta que, mesmo que os demais motivos para fragilização dos vínculos sejam superados, ainda esbarramos frequentemente na pobreza como fator de acolhimento e afastamento de crianças de seu ambiente familiar, o que nos traz a indagação se as ações do Estado de fato assistem a essa realidade. Rizzini *et al.* (2006, p. 18) ainda concordam: “persiste o mito de que elas [as crianças] estariam protegidas e em melhores condições longe de suas famílias, consideradas ‘desestruturadas’”, tão somente pela condição socioeconômica, embora o ECA (1990) não considere a pobreza como motivo para institucionalização de crianças no Brasil.

Assim, questiona-se como o trabalho com vínculos familiares tem sido feito diante de tantas barreiras. Dentre os apontamentos que as pesquisas trouxeram sobre a responsabilidade do Estado, ressalta-se precariedade dos serviços e falta de capacitação, inacessibilidade de políticas públicas e a situação de miséria das famílias, o que se aproximam do conceito de necropolítica desenvolvido por Mbembe (2018), que diz que um poder pode decidir intencionalmente sobre a qualidade de vida ou até mesmo existência de corpos e comunidades, – uma política que tem como finalidade a fragilidade de pessoas a depender de seus contextos sociais. Para o autor, o Estado decide quem vive, quem morre e quem pode ter acesso a uma qualidade de vida digna.

Na Revisão Integrativa, Brizzi e Couto (2014) e Moura *et al.* (2020) dissertaram sobre a necessidade de não-culpabilização das famílias e sugeriram um exercício de ampliar olhar para a realidade social. Para isso, porém, é necessária a capacitação dos profissionais, o que Souza, Barros e Zampaulo (2014) apontaram como caminho possível para que o trabalho de reinserção familiar aconteça. A falta de preparo para o trabalho também foi verificada quando se considerou a ação específica dos profissionais, visto que os autores colocaram o profissional Assistente Social como aquele que efetivamente realiza o trabalho em rede, mas outros autores como Rodrigues e Guareschi (2018) pontuaram o papel do Assistente Social e do Psicólogo em interdisciplinaridade para um trabalho efetivo. Já Brizzi e Couto (2014) trouxeram a relevância de educadores sociais e de assistência jurídica na acolhida inicial.

As pesquisas ainda apontaram a relevância da rede para se pensar nos vínculos e suas fragilidades. Penso e Moraes (2016) afirmaram a necessidade de melhor fluidez e diálogo da rede e comentaram que, embora com exceções, majoritariamente não há compreensão da rede sobre o CREAS e seus profissionais. Ademais, constataram falta de comunicação, de vagas e excesso de demanda, que interferem no trabalho. Achados estes

também encontrados por Moura *et al.* (2020), onde profissionais realizavam tentativas de fortalecimento da família, mas enfrentavam barreiras na rede, como faltas de vagas e de capacitação. Gonçalves *et al.* (2015) corroboraram com a urgência no aperfeiçoamento da rede, com melhoria no fluxo de atendimentos e capacitação profissional para o acolhimento das crianças e compreensão do equipamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tais reflexões, compreende-se que o método da Revisão Integrativa possibilitou uma visão ampliada a respeito do tema e permitiu que as questões de pesquisa e seus objetivos fossem alcançados, trazendo ainda novas perguntas e percepções. Sobre o conceito de vínculo familiar, foi reveladora a dificuldade em encontrá-lo ou compreendê-lo sob uma proposta acolhedora. A escassez de conceitos sobre vínculo na Revisão Integrativa concorda com a literatura nacional e a fundamentação teórica e, diante disso, reforça-se a continuidade de pesquisas que possam defini-lo e evidenciar como se estabelece, pois, se não há epistemologia suficiente para sustentar o trabalho, questiona-se se há um feito efetivo.

Por fim, como produto dessa pesquisa e uma resposta à comunidade pesquisada, o Laboratório de Estudos sobre Violência contra Crianças e Adolescentes (LEVICA), com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PROEXT/UFRRJ), realizou um curso de capacitação para os profissionais das redes de Assistência Social dos municípios da Baixada Fluminense/RJ. O curso teve trinta horas de duração e discutiu os resultados desta pesquisa, bem como de demais pesquisas do laboratório. Dentre os temas abordados, contou-se com contextos de famílias em situação de vulnerabilidade social e necropolítica; famílias brasileiras e o debate da violência intrafamiliar; vínculos familiares e conceitos; institucionalização, reinserção familiar e direito à convivência familiar e comunitária; atuação profissional e da rede. Este trabalho, portanto, propõe a continuidade de ações formativas e estudos científicos dentro da temática, visto sua importância e necessidade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. I.; BOSI, M. L. Vínculo: um conceito problemático no campo da Saúde Coletiva. In **Physis Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 1003-1022, 2017.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/physis/a/48VFbfgLbRSh9tGJ7BzDSZq/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 01 nov. 2021.

BATISTA, G. **Avaliação sobre vínculo e reinserção familiar em centros de referência especializada em assistência social na baixada fluminense do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Instituto de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2022.

BOWLBY, J. Apego. **A Natureza do Vínculo**. v. 1, 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jul. 1990.

BRASÍLIA. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, 2011.

BRIZZI, L.; COUTO, E. L. Violência contra a criança e o adolescente: proposta interventiva de trabalho com a família no CREAS/criança e adolescente de Presidente Prudente/SP. In **Seminário Integrado Intertemas**, v. 8, n. 8, 2014. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/VIOL%C3%8ANCIA-CONTRA-A-CRIAN%C3%87A-E-O-ADOLESCENTE%3A-DE-COM-Brizzi-Couto/b06b996238774b74ffdece5ebc247f4d21896370>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRONFENBRENNER, U. **Making human beings humans**. Thousand Oaks: SAGE, 2005.

BRONFENBRENNER, U. The bioecological theory of human development. In: SMELSER, N.; BALTES, P. **International encyclopaedia of the social and behavioural sciences**, 2001.

CONCEIÇÃO, T. **Acolhimento de crianças e adolescentes: ausência de política pública ou negligência familiar? Um olhar do CREAS sobre o acompanhamento dessas famílias**. 7º Encontro Internacional de Política Social, 14º Encontro Nacional de Política Social, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/25831>. Acesso em: 20 set 2021.

GARCIA, J.; OLIVEIRA, C.; CORDON, M. A contribuição do CREAS para a rede socioassistencial – limites do PAEFI. In **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1430#:~:text=Baseado%20em%20pesquisas%20emp%C3%ADricas%2C%20este,demandas%20de%20vota%20C3%A0%20rede>. Acesso em: 15 set. 2021.

GONÇALVES, C. F.; DA SILVA, L. M.; PITANGUI, A. C.; DA SILVA, C. C.; DE SANTANA, M. V. Atuação em rede de atendimento ao adolescente vítima de violência; desafios e possibilidades. In **Texto Contexto Enferm.**, v. 24, n. 4, p. 976-983, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/tce/v24n4/pt_0104-0707-tce-201500004580014.pdf. Acesso em: 25 mar. 2019.

HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. **Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

LATOURE, B. **Reagregando o social: Uma introdução à teoria ator-rede**. Salvador: EDUSC. 2012.

MACEDO, E; CONCEIÇÃO, M. Atendimento psicossocial a crianças e adolescentes em situação de violência: o psicólogo e a rede de atenção. In **Pesqui. Prát. Psicossociais**. v. 12, n. 1, p.129-146, 2017.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MEDEIROS, I. P. C. **Violência intrafamiliar: um estudo a partir da perspectiva dos profissionais da rede socioprotetiva de Mesquita/ RJ**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2020.

MOURA, D. T. de; STEFANISZEN, V.; MAGALHÃES, T. B.; FARINHA, M. G. Clínica ampliada e articulação em rede: relato de experiência no SUAS. In **Rev. Nufen: Phenom**. Interd., v. 12, n. 2, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912020000200008. Acesso em: 24 jun. 2021.

PACHECO, M. L.; MALGARIM, B. Centro de Referência Especializado de Assistência Social: Apanhados Teóricos Sobre uma rede especial de apoio e proteção em casos de abuso sexual infantil. In **Revista de Psicologia da IMED**, v. 3, n. 2, 2011. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/133>. Acesso em: 18 nov. 2020.

PENSO, M. A.; MORAES, P. Reintegração familiar e múltiplos acolhimentos Institucionais. In **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, v. 14, n. 2, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v14n2/v14n2a44.pdf> Acesso em: 20 nov. 2020.

PEREZ, J. R. R.; PASSONE, E. F. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. In **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 140, p. 649-673, 2010.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I.; NAIFF, L.; BAPTISTA, R. **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, CIESPI, Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2006.

ROSA, E. M.; NASCIMENTO, C. R. R.; MATOS, J. R.; SANTOS, J. R. dos. O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional. In **Estudos de Psicologia**, v. 17, n. 3, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/epsic/a/QVVHczLbvV4X73CyBRQpPbH/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 fev. 2021.

ROCHA, P. J.; ARPINI, D. M.; SAVEGNAGO, S. D. O. Significados Atribuídos por Mães Acerca do Acolhimento Institucional, Reintegração e Rede de Atendimento. In **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, 2015.

RODRIGUES, L.; GUARESCHI, N. M. A performance do vínculo na Política de Assistência Social. In **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 70, n. 1, p. 161-174, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000100012#:~:text=O%20v%C3%ADnculo%20familiar%20e%20comunit%C3%A1rio,Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Assist%C3%A2ncia%20Social.&text=Tr%C3%AAs%20diferentes%20vers%C3%B5es%20que%20oferecem,aos%20usu%C3%A1rios%20dos%20servi%C3%A7os%20socioassistenciais. Acesso em: 15 set. 2020.

SILVA, N.; SOUZA, V. O fortalecimento de vínculos familiares e comunitários em perspectiva: interfaces do direito da criança e do adolescente. In **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, 2019. Disponível: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/281>. Acesso em: 17 dez. 2020.

SOUZA, M. A.; BARROS, D.; ZAMPAULO, J. Construção e Fortalecimento dos Vínculos Familiares. In **Revista Alumni**, v. 2, p. 4-9, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/3967840-Construcao-e-fortalecimento-dos-vinculos-familiares.html>. Acesso em: 03 mar. 2021.

SOUZA, M. da; SILVA, M. da; CARVALHO, R. Revisão Integrativa: o que é e como fazer? In **Einstein**, v. 8, n. 1, p 102-106, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf. Acesso em: 04 abr. 2020.